



PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO
Pós-Graduação *Lato Sensu*
Gestão de Programa de Saúde da Família

Sumário

1. Nome do Curso e Área do Conhecimento	3
2. Características Técnicas do Curso	3
3. Público-alvo	4
4. Critérios de Seleção	4
5. Justificativa do Curso	4
6. Objetivos do Curso	5
7. Competências e Habilidades do Egresso	5
8. Metodologia de Ensino e Aprendizagem	6
9. Estágio Não Obrigatório	9
10. Matriz Curricular	11
11. Carga Horária	11
12. Conteúdo programático	12
13. Infraestrutura Física e Pedagógica	30

1. Nome do Curso e Área do Conhecimento

Nome do Curso: Gestão de Programa de Saúde da Família

Área de Avaliação (CAPES): Interdisciplinar

Grande Área (CAPES): Multidisciplinar (90000005)

Área do Conhecimento (CAPES): Interdisciplinar (90100000)

Classificação OCDE: Negócios, administração e direito

2. Características Técnicas do Curso

Modalidade: Educação a Distância

Número máximo de vagas por Polo/Unidade: 1000 alunos

Período de Oferecimento: o curso possui entrada intermitente, respeitadas as datas de início e de fim cadastradas na oferta, bem como observado o período indicado para a sua integralização.

Limitações legais

Resolução CNE/CES Nº 1, de 06 de abril de 2018, que estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação lato sensu.

O candidato deverá ser graduado com diploma devidamente registrado segundo as normas estabelecidas pelo MEC.

O curso é multiprofissional e atende todas as exigências legais do MEC, no entanto, não se propõe a atender resoluções específicas de um único conselho de classe. Para isso, é fundamental que cada interessado faça um estudo comparativo entre a matriz proposta pela nossa instituição e as exigências do seu órgão de classe.

3. Público-alvo

Este curso de pós-graduação é voltado para administradores, profissionais de saúde (médicos, enfermeiros, psicólogos, fisioterapeutas, farmacêuticos, etc.) ou áreas afins que atuam ou pretendem atuar na Gestão de Programa de Saúde da Família.

4. Critérios de Seleção

O ingresso na pós-graduação será realizado por meio de inscrição no portal da Instituição e entrega dos documentos solicitados. Em seguida, analisados pela área competente.

5. Justificativa do Curso

[O processo de Gestão alinhado às legislações vigentes, políticas públicas, tecnologias emergentes, qualificação da mão de obra, entre outros, tem exigido cada vez mais esforço das lideranças executivas da área da saúde. É cada vez mais esperado pela sociedade, líderes que apliquem o pensamento estratégico e o desenvolvimento de competências (conhecimentos, habilidades, atitudes, valores e ética) para compreender e integrar os processos de assistência à saúde, gestão, educação e qualidade. Os líderes devem estar aptos para refletir, argumentar e guiar equipes de alta performance. O Programa de Saúde da Família, implantando em 1994, tem se fortalecido como estratégia de crescimento, qualificação e consolidação da atenção básica à saúde. Desde sua criação, a literatura científica tem mostrado experiências exitosas relacionadas ao Programa e sua potência para a melhoria do acesso e qualidade da atenção à saúde no Brasil. O cenário expõe a crescente necessidade de gestores especializados no contexto da saúde pública e do próprio programa para um gerenciamento adequado. Neste sentido, compreendendo a legítima contribuição para o mercado e a sociedade, o curso de Gestão de Programa de Saúde da Família busca suprir

a carência de formação de mão de obra qualificada no âmbito do Programa de Saúde da Família no cenário nacional. Assim, por meio da modalidade à distância o curso poderá oferecer uma solução real para à necessidade de mercado Brasileira, abrangente e complexa, devido à suas características definidoras e inclusão no catálogo nacional desta instituição.

6. Objetivos do Curso

6.1. Objetivo Geral

- Capacitar profissionais para desempenhar a Gestão de Programa de Saúde da Família alinhada com os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS).

6.2. Objetivos Específicos

- Desenvolver competências para a compreensão e aplicação das diretrizes do Programa de Saúde da Família e de ferramentas e metodologias de gestão.
- Aplicar o conhecimento aprendido na tomada decisões assertivas, com base no pensamento crítico, nas diretrizes do Programa de Saúde da Família e na análise das melhores evidências na gestão deste Programa.
- Atuar como líder de equipe, encantando pessoas e agregando valor ao Programa de Saúde da Família.

7. Competências e Habilidades do Egresso

Competências

Atuar na Gestão de Programa de Saúde da Família empregando o pensamento crítico-reflexivo na tomada de decisão, para uma liderança

estratégica, ética, assertiva, responsável, justa e embasada nas melhores práticas em saúde, no pensamento inovador e no entendimento e aplicação das diretrizes do Programa para promovê-lo como estratégia de crescimento, qualificação e fortalecimento do SUS.

Habilidades

- Utilizar as teorias da administração e inovações científicas e tecnológicas sobre a temática para tomada de decisão.
- Aplicar as diretrizes, normas e regulamentações que operam o SUS, a Atenção Primária à Saúde e o Programa de Saúde da Família.
- Fomentar a compreensão do processo saúde e doença no âmbito do SUS, abrangendo no cuidado em saúde as diferentes características da família contemporânea e seus membros.
- Planejar, gerenciar e avaliar estratégias de prevenção e promoção à saúde propostas pelo Programa Saúde da Família e seus desdobramentos para a saúde da criança, saúde da mulher, saúde do idoso, etc..
- Atuar como líder de equipe, valorizando a comunicação assertiva interpessoal e o trabalho interprofissional em saúde, para a gestão de mudanças e resultados.

8. Metodologia de Ensino e Aprendizagem

O desenvolvimento das disciplinas do curso se dará no ambiente virtual, onde o aluno cumprirá 40 horas por disciplina.

Estas 40 horas são compostas pelo estudo dos diversos insumos pedagógicos disponibilizados, como:

- ✓ materiais de leitura;
- ✓ videoaulas;

- ✓ slides;
- ✓ podcasts;
- ✓ indicações de leituras extras como artigos e capítulos de livros.

Como parte do modelo acadêmico, também contabilizamos:

- ✓ a interação com os tutores para esclarecimentos de dúvidas pedagógicas (via Fórum);
- ✓ a realização da avaliação disciplinar pelo aluno.

Vale ressaltar que cada aluno é único e tem seu próprio tempo para aprendizagem. Alguns conseguem assimilar o conteúdo com mais agilidade, outros precisam retomar as leituras e videoaulas para tornar sua aprendizagem efetiva.

O tempo gasto pelo aluno para o entendimento de cada disciplina depende também da sua familiaridade com o tema, ou seja, o conhecimento prévio que o aluno tem em relação a temática abordada.

No ambiente virtual, o aluno encontrará o conteúdo das disciplinas, organizados em temas/webaulas.

Para cada um deles, o aluno realizará um conjunto de atividades baseadas em leitura de textos de fundamentação teórica e acesso a recursos audiovisuais.

Um tutor apoiará as atividades realizadas no ambiente virtual, atendendo o aluno nas suas dúvidas por meio de ferramentas de comunicação.

O aluno, ao iniciar os seus estudos, terá um encontro presencial para acolhida/ambientação; esse encontro terá como objetivos:

- ✓ Integrar o aluno ao curso de Pós-Graduação.
- ✓ Dialogar e esclarecer as dúvidas sobre a proposta pedagógica do curso e as regras acadêmicas.
- ✓ Apresentar ao aluno o Ambiente Virtual de Aprendizagem (o primeiro acesso; o envio de documentos; os serviços de secretaria e financeiro; a disciplina Ambientação; a tutoria online; o boletim

acadêmico; as disciplinas e seus conteúdos; a biblioteca virtual; entre outros).

- ✓ Proporcionar um momento de Network aos pós-graduandos.

Avaliação do Desempenho do Aluno

O aluno deverá realizar as atividades propostas no ambiente virtual. A realização das atividades irá compor sua frequência no curso, que será considerada para a sua aprovação.

A atividade avaliativa que o aluno realizará para compor a sua média é a Avaliação Virtual (AV); essa atividade é obrigatória e estará disponível no Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA, conforme cronograma de seu curso.

Para a aprovação em cada uma das disciplinas, o aluno deverá obter frequência de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) e nota igual ou superior a 7,0 (sete).

As notas devem ser expressas no intervalo de 0 (zero) a 10 (dez).

O aluno que obtiver média inferior a 7,0 (sete) nas disciplinas terá direito ao Programa de Dependência e Recuperação – PDR, mediante a solicitação de requerimento e respeitando o período de jubileamento do curso.

O PDR será realizado no ambiente virtual de aprendizagem, sendo que o aluno terá acesso ao conteúdo da disciplina e realizará uma Avaliação Virtual - AV, e a nota obtida substituirá a média do aluno.

Para a obtenção do **Certificado** de Pós-graduação *Lato Sensu* – especialização, o aluno deverá cumprir todas condições seguintes:

- ✓ Frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) em todas as disciplinas;
- ✓ Nota igual ou superior a 7,0 (sete) em todas as disciplinas.

Certificação

O Certificado de conclusão de curso de Especialização será acompanhado por histórico escolar, em cumprimento às exigências da Resolução CNE/CES nº1, de 06 de abril de 2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação.

Composição do Corpo Docente

O corpo docente do curso é constituído por profissionais qualificados, com comprovado saber em sua área de atuação, conforme Resolução CNE/CES nº1, de 06 de abril de 2018, sendo integrado, no mínimo, por 30% (trinta por cento) de portadores de título de pós-graduação *stricto sensu*, isto é, portadores de títulos de Mestrado e Doutorado, obtidos em programas de pós-graduação *stricto sensu* devidamente reconhecidos pelo poder público em território nacional, ou revalidados, conforme legislação vigente. Os demais docentes são certificados em nível de especialização, pós-graduação *lato sensu*, de reconhecida capacidade técnico-profissional.

9. Estágio Não Obrigatório

O estágio curricular não obrigatório tem como finalidade estimular o aluno a desenvolver atividades extracurriculares, para que possa inter-relacionar os conhecimentos teóricos e práticos adquiridos durante o curso e aplicá-los na solução de problemas reais da profissão, proporcionando o desenvolvimento da análise crítica e reflexiva para os problemas socioeconômicos do país, de acordo com a Resolução de Estágio curricular não obrigatório vigente na Instituição.

Os principais objetivos da prática do estágio curricular não obrigatório são:

- I. proporcionar o exercício do aprendizado comprometido com a realidade socioeconômica-política do país;
- II. propiciar a realização de experiências de ensino e aprendizagem visando à educação profissional continuada, alicerçada no desenvolvimento de competências e habilidades e ao exercício do pensamento reflexivo e criativo; e
- II. incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da cultura.

A carga horária é definida pela concedente de estágio, não podendo ultrapassar a carga horária máxima de 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, as quais podem ser realizadas em empresas públicas ou privadas, instituição de pesquisa, órgãos governamentais e não governamentais, e as próprias unidades da Universidade, desde que sigam às condições adequadas para que o estagiário possa aprofundar os seus conhecimentos teóricos e práticos adquiridos no curso.

Para o Curso de Pós-Graduação EAD, a prática do estágio curricular não obrigatório é permitida durante a vigência do curso, não podendo exceder em um mesmo campo de estágio o período de 2 (dois) anos.

Os estágios curriculares não obrigatórios devem estar apoiados em Termo de Compromisso e de comum acordo com a Instituição, devendo explicitar não somente os aspectos legais específicos, como também os aspectos educacionais e de compromisso com a realidade social.

O Planejamento do Estágio Curricular Não Obrigatório é de responsabilidade do coordenador de curso/professor orientador e também do Departamento de Estágios.

10. Matriz Curricular

DISCIPLINAS	CH PRÁTICA	CH TEÓRICA	CH TOTAL
Ambientação	0 h	0 h	0 h
História e conceitos de saúde pública	0 h	40 h	40 h
Saúde pública e processo saúde/doença	0 h	40 h	40 h
Políticas públicas de proteção às famílias	0 h	40 h	40 h
Saúde da família	0 h	40 h	40 h
Processo de trabalho em saúde da família	0 h	40 h	40 h
Assistência à saúde das famílias	0 h	40 h	40 h
Planejamento, programação e informações em Saúde Pública	0 h	40 h	40 h
Saúde Preventiva e Promoção da Saúde	0 h	40 h	40 h
Atuação multiprofissional em saúde	0 h	40 h	40 h

11. Carga Horária

A carga horária de 360 h constitui o conteúdo ministrado em 9 (nove) disciplinas.

12. Conteúdo programático

Disciplina: Ambientação

Ementa: Ensino a distância: características desta modalidade de estudo. A tecnologia e o ensino à distância. Legislação do Ensino a Distância no Brasil. Aspectos relacionados ao perfil no Ensino a Distância.

Competências e Habilidades:

- Compreender a modalidade de ensino a distância.
- Identificar uma relação entre tecnologia e educação no contexto do EAD;
- Discutir elementos da legislação do ensino a distância no Brasil;
- Refletir sobre o perfil do aluno em ensino a distância.

Conteúdo Programático 1: Introdução ao Ensino a Distância.

Conteúdo Programático 2: Tecnologia e educação.

Conteúdo Programático 3: Legislação do Ensino a Distância no Brasil.

Conteúdo Programático 4: Perfil do aluno no Ensino a Distância.

Bibliografia básica:

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei n. 9.394/96.** Brasília, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 6 dez. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CP n. 7, de 18 de dezembro de 2018.** Brasília, 2018. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECESN72018.pdf. Acesso em: 6 dez. 2022.

GIL, H. A passagem da Web 1.0 para a Web 2.0 e... Web 3.0: potenciais consequências para uma ‘humanização’ em contexto educativo. 2014. **Boletim informativo Cybercentro Castelo Branco.** Castelo Branco, 2014. Disponível em:

<https://repositorio.ipcb.pt/bitstream/10400.11/2404/1/A%20passagem%20da%20Web%20Henrique.pdf>. Acesso em: 6 dez. 2022.

MEYER, A. I. da S. Conceituando a Educação a Distância. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 8, n. 1, p. 590-601, [s. l.], 2022. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/3835>. Acesso em: 6 dez. 2022.

VAZ, M. L. de L.; RIBEIRO, F.; COSTA, L. A. da. Os desafios da educação a distância on-line e a remotividade na nova engenharia educacional. **Brazilian Journal of Science**, v. 1, n. 4, p. 79-86. Goiás, 2022. Disponível em: <https://www.brazilianjournalofscience.com.br/revista/article/view/79>. Acesso em: 6 dez. 2022.

VIEIRA, D. M. L.; COSTA, L. A.; VAZ, M. L. L. Um novo olhar para a educação a distância. In: MACHADO, G. E.; COSTA, S. C.; SILVA, K. R. P. **Debates contemporâneos: perspectivas e reflexões atuais**. Santa Maria: Arco, 2021.

Bibliografia Complementar:

BAPTISTA, M. M. Internet: auxílio à educação. **BIBLOS - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, v. 16, p. 37- 44, [s. l.], 2004. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/23717>. Acesso em: 6 dez. 2022.

MOORE, M.; KEARSLEY, G. **Educação a distância: uma visão integrada**. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

MORAN, J. M.; MASETTO, M. T.; BEHRENS, M. A. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. 21. ed. Campinas: Papirus, 2013.

PIVA, D. J.; PUPO, R.; GAMEZ, L. et al. **EAD na prática: planejamento, métodos e ambientes de educação on-line**. São Paulo: Elsevier, 2011.

Disciplina: História e conceitos de saúde pública

Ementa: O Brasil Colônia, Império e Primeira República. Da era Vargas à quarta república. A saúde no Brasil no período da Ditadura militar e a Reforma Sanitária Brasileira. O Sistema Único de Saúde, sua organização e funcionamento.

Competências e Habilidades:

- Conhecer os principais aspectos do cuidado à saúde no Brasil, desde o início da colonização portuguesa.
- Compreender a relação dos fatos históricos com o início das políticas de saúde no Brasil.
- Refletir sobre a construção histórica do SUS e nosso papel enquanto profissional da saúde.

Conteúdo Programático 1: Brasil Colônia; Império. Primeira República.

Conteúdo Programático 2: Era Vargas à quarta república.

Conteúdo Programático 3: Ditadura militar e Reforma Sanitária Brasileira – 1964 a 1988.

Conteúdo Programático 4: Sistema Único de Saúde. A organização e funcionamento do SUS.

Bibliografia:

CORREIA, L. C. Instituto de Higiene (1918-1929) no estado de São Paulo – a atuação de Geraldo Horácio de Paula Souza e Mário da Costa Galvão. Cad. hist. ciênc. São Paulo. vol.7 no.1 jan./jun. 2011. Disponível em: http://periodicos.ses.sp.bvs.br/scielo.php?script=sci_pdf&pid=S1809-76342011000100005&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em 19 set 2020.

EDLER, F. C. Saúde e Higiene Pública na Ordem Colonial e Joanina. Arquivo Nacional Brasileiro. 22 fev 2018. Disponível em: http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5120&Itemid=372. Acesso em 15/09/2020.

ESCOREL, S. TEIXEIRA, L. A. História das Políticas de Saúde no Brasil de 1822 a 1923: do império ao desenvolvimento populista. In: GIOVANELLA, L. et al. orgs. Políticas e sistemas de saúde no Brasil (online). 2ª ed. rev. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2012.

Bibliografia complementar:

BRASIL, Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Legislação estruturante do SUS. Brasília: CONASS, 2011a. Disponível em http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/para_entender_gestao_sus_v13.pdf. Acesso em 11 out 2020.

BRASIL, Ministério da Cultura. Fundação Biblioteca Nacional. A carta de Pero Vaz de Caminha. Online. Disponível em: http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/livros_eletronicos/carta.pdf. Acesso em 18 set 2020.

ESCOREL, S. TEIXEIRA, L. A. História das Políticas de Saúde no Brasil de 1822 a 1963: do império ao desenvolvimento populista. In: GIOVANELLA, L. et al. orgs. Políticas e sistemas de saúde no Brasil (online). Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2012. 2ª ed. rev.

Disciplina: Saúde pública e processo saúde/doença.

Ementa: História da Saúde Pública no Brasil. A relação da saúde pública com o Sistema Único de Saúde. A Lei regulamentadora do Sistema Único de Saúde). Conceito de saúde e doença. Família e o processo saúde-doença. Teorias causais. Modelos conceituais de saúde. O Modelo da História Natural das Doenças e Prevenção de doenças. Determinantes sociais. Iniquidades em saúde. Promoção da Saúde. Política Nacional de Promoção da Saúde: princípios, diretrizes, eixos operacionais, competências, temas prioritários e responsabilidades institucionais. A relação entre a Saúde Pública, os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e a Agenda de 2030.

Competências e Habilidades:

- Identificar relação da saúde pública com o Sistema Único de Saúde.
- Compreender os modelos conceituais de saúde.
- Compreender a Política Nacional de Promoção da Saúde.

- Compreender a relação entre a Saúde Pública, os objetivos do Desenvolvimento Sustentável e a Agenda de 2030.

Conteúdo Programático 1: História da Saúde Pública no Brasil. A relação da saúde pública com o Sistema Único de Saúde (SUS). A Lei regulamentadora do Sistema Único de Saúde). Objetivo, atribuições, princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde. Principais condicionantes e determinantes da saúde. Organização, Gestão, Competência e funcionamento do Sistema Único de Saúde.

Conteúdo Programático 2: Conceito de saúde e doença. Família e o processo saúde-doença. Teorias causais. Modelos conceituais de saúde. O Modelo da História Natural das Doenças e Prevenção de doenças. Determinantes sociais. Iniquidades em saúde.

Conteúdo Programático 3: Promoção da Saúde. Política Nacional de Promoção da Saúde: princípios, diretrizes, eixos operacionais, competências, temas prioritários e responsabilidades institucionais. Dificuldades e desafios para a implementação da Política Nacional de Promoção a Saúde.

Conteúdo Programático 4: A relação entre a Saúde Pública, os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e a Agenda de 2030.

Bibliografia:

ALBUQUERQUE, T. I. P et al. Perspectivas e desafios da “nova” Política Nacional de Promoção da Saúde: para qual arena política aponta a gestão?. Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 21, n. 6, p. 1695-1706, June 2016, Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232016000601695&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 13 Set. 2020.

BORGHI, C. M. S. O et al. Determinação ou determinantes sociais da saúde: texto e contexto na América Latina. Trabalho, Educação e Saúde, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 869-897, set./dez. 2018.

KASTRUP, E et al. Percepção de especialistas em saúde sobre a Agenda 2030. 2018. Disponível em: https://cee.fiocruz.br/sites/default/files/CEE_Relat%C3%B3rio%20de%20Pesquisa_agenda2030.pdf

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. Relatório 30 anos de SUS, que SUS para 2030? Brasília: OPAS; 2018. Disponível em: <https://saudeamanha.fiocruz.br/wp-content/uploads/2019/06/serie-30-anos-sus.pdf>

Bibliografia complementar:

SONAGLIO, R. G et al. Promoção da Saúde: revisão integrativa sobre conceitos e experiências no Brasil. J. nurs. health. 2019;9(3):e199301. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/enfermagem/article/view/11122/10133>

GOMES, S. M et al. O SUS fora do armário: concepções de gestores municipais de saúde sobre a população LGBT. Saude soc., São Paulo, v. 27, n. 4, p. 1120-1133, out. 2018. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902018000401120&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 14 set. 2020

Disciplina: Políticas públicas de proteção às famílias

Ementa: As políticas públicas de direito. O Estado e as manifestações da questão social. políticas públicas e de defesa de direitos em vigência no país. A Constituição Federal de 1988. Políticas para diferentes segmentos populacionais. Os direitos da família. O estatuto da Criança e do adolescente. A intersectorialidade nas políticas públicas. Direitos humanos. Convivência familiar e comunitária.

Competências e Habilidades:

- Conhecer as políticas públicas em torno da família;

- Caracterizar os direitos da família;
- Conhecer as políticas públicas em seus mais diversos segmentos populacionais;
- Realizar um debate sobre a promoção e defesa dos direitos da família.

Conteúdo Programático 1: Um debate sobre as políticas de promoção e defesa de direitos da família.

Conteúdo Programático 2: A família na legislação contemporânea;

Conteúdo Programático 3: A intersectorialidade nas políticas públicas de atendimento à família.

Conteúdo Programático 4: Direito à convivência familiar e comunitária.

Bibliografia básica

BEHRING, E. R. Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

MIOTO, R. C. T. Processos de responsabilização das famílias no contexto dos serviços públicos: notas introdutórias. In: SARMENTO, Hélder Boska de Moraes (Org.). Serviço Social: questões contemporâneas. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2012. v. 1, p. 125-138.

_____; SCHUTZ, F.; CAETANO, P. Família e política social: relações entre famílias e serviços de saúde. Relatório de Pesquisa. Brasília, 2014.

Bibliografia complementar:

BARROCO, M. L. S.; TERRA, S. H. Código de ética do/a assistente social comentado São Paulo: Cortez, 2012.

BRASIL. Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Brasília, dez. 2006.

NETTO, J. P. A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. In: MOTA, Ana E. Simões da et al. Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 1999.

Disciplina: Saúde da família

Ementa: PNAB, Equipe de Saúde da Família, prevenção e controle de doenças e agravos não transmissíveis no âmbito da Atenção Primária. Território e sua dinâmica social, cultural, política ambiental e de saúde como campo de atuação da Unidade Básica de Saúde. Prevenção e controle de doenças infecciosas e parasitárias no contexto da Atenção Primária.

Competências e habilidades:

- Compreender os fundamentos da PNAB, princípios norteadores e aprofundar estes conhecimentos com base em evidências científicas.
- Compreender a importância da prevenção e controle de doenças e agravos não transmissíveis no âmbito da Atenção Primária.
- Correlacionar os conhecimentos referentes ao território e sua dinâmica social, cultural, política ambiental e de saúde na atuação da Unidade Básica de Saúde.
- Discutir a prevenção e controle de doenças infecciosas e parasitárias no contexto da Atenção Primária.

Conteúdo Programático 1: Política Nacional de Atenção Básica: conceitos e princípios gerais da Atenção Básica. Ações, abrangência, infraestrutura da Equipe de Saúde da Família.

Conteúdo Programático 2: Prevenção e controle de Doenças e agravos não transmissíveis no âmbito da Atenção Primária.

Conteúdo Programático 3: Território e sua dinâmica social, cultural, política ambiental e de saúde como campo de atuação da Unidade Básica de Saúde.

Conteúdo Programático 4: Prevenção e controle de doenças infecciosas e parasitárias no Contexto da Atenção Primária.

Bibliografia:

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria Nº 2436, de 21 de setembro de 2017. Brasília, 2017.

_____. Ministério da Saúde. Portaria nº 2488, de 21 de outubro de 2011. Brasília, 2011.

_____. Secretaria de Atenção Básica. Política Nacional de Atenção Básica. Série Pactos pela Saúde, volume 4. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

CAMPOS, G.W.S. et al. Reflexões sobre a Atenção Básica e a Estratégia de Saúde da Família. In: CAMPOS, G. W. S., GUERRERO, A. V. (orgs.). Manual de práticas de atenção básica. p 132-153. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2018.

FLEURY, S. Reforma Sanitária Brasileira: dilemas entre o instituinte e o instituído. Ciência & Saúde Coletiva. Vol. 14, no 3, p. 743-752, 2009. Disponível em <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232009000300010>. Acesso em 04 de julho de 2020.

MELO, E.A., et al. Mudanças na Política Nacional de Atenção Básica: entre retrocessos e desafios. Saúde Debate. Rio de Janeiro, v. 42, número especial 1, p. 38-51, setembro de 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0103-11042018000500038&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em 06 de julho de 2020.

Bibliografia complementar:

PAHO (Pan-American Health Organization). Renewing Primary Health Care in the Americas: a position paper of the Pan American Health Organizations. World Health Organization PAHO/WHO. Washington, D.C.: PAHO, 2017.

PAIVA, C.H.A.; TEIXEIRA, L.A. Reforma sanitária e a criação do Sistema Único de Saúde: notas sobre contextos e autores. História, Ciências, Saúde – Manguinhos. Rio de Janeiro. Vol. 20, n. 2, p.653-673, abr.-jun. 2013. Disponível

em: <<https://www.scielo.br/pdf/hcsm/v21n1/0104-5970-hcsm-21-1-00015.pdf>>. Acesso em 07 de julho de 2020.

SANTOS, A.L.; RIGOTTO, R.M. Território e territorialização: incorporando as relações produção, trabalho, ambiente e saúde na atenção básica à saúde. Trab. Educ. Saúde. Rio de Janeiro, Vol. 8 no 3, p. 387-406, nov.2010/fev.2011. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/tes/v8n3/03.pdf>>. Acesso em 06 de julho de 2020.

Disciplina: Processo de trabalho em Saúde da Família

Ementa: Detalhamento dos aspectos específicos da Estratégia Saúde da Família (ESF). Apresentação das atribuições da equipe da ESF. Importância do trabalho com grupos na Saúde da Família. Compreensão da gestão participativa e cogestão. Principais campanhas de saúde. Análise da intervenção oportuna em casos suspeitos de câncer. Detalhamento do Tratamento da tuberculose supervisionado pela equipe. Análise do atendimento ao usuário com hipertensão arterial sistêmica e diabetes mellitus.

Competências e Habilidades:

- Identificar o processo de trabalho em saúde da família de acordo com os membros da equipe;
- Utilizar elementos-chave no processo de trabalho em saúde da família;
- Atuar oportunamente nos casos suspeitos de câncer;
- Analisar o processo de trabalho para os usuários com tuberculose, hipertensão e diabetes mellitus.

Conteúdo Programático:

Conteúdo Programático 1: Trabalho em equipe na Estratégia Saúde da Família.

Conteúdo Programático 2: Elementos-chave no trabalho da equipe da Estratégia Saúde da Família.

Conteúdo Programático 3: Rastreamento dos principais cânceres.

Conteúdo Programático 4: Acompanhamento do usuário com tuberculose, hipertensão de diabetes mellitus.

Bibliografia básica:

BRASIL. Ministério da Saúde. **Departamento de Atenção Básica. Hipertensão arterial sistêmica (HAS) e Diabetes mellitus (DM): protocolo.** In: Cadernos de Atenção Básica 7. Brasília: Ministério da Saúde, 2001. 96 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria n. 2.436, de 21 de setembro de 2017. **Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).** Brasília: Ministério da Saúde; 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Departamento de Atenção Básica. Rastreamento.** Brasília: Ministério da Saúde, 2010. 95p.

OLIVEIRA, Beatriz Rosana Gonçalves de; COLLET, Neusa; VIERA, Cláudia Silveira. A humanização na assistência à saúde. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 14, p. 277-284, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. **Manual de Recomendações para o Controle da Tuberculose no Brasil.** Brasília: Ministério da Saúde, 2019. 364 p.

Bibliografia complementar:

BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Hipertensão arterial sistêmica (HAS) e Diabetes mellitus (DM): protocolo.** Brasília: Ministério da Saúde, 2001. 96 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política nacional de atenção básica.** Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 60p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Tratamento diretamente observado (TDO) da tuberculose na atenção básica: protocolo de enfermagem.** Brasília: Ministério da Saúde, 2011. 168p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Assistência à Saúde. **Saúde da Família: uma estratégia para a reorientação do modelo assistencial**. Brasília: Ministério da Saúde, 1997.36p

MAEYAMA, Marcos Aurélio et al. Política Nacional de Atenção Básica (2017): um golpe político-ideológico do capital. **Revista Inova Saúde**, v. 9, n. 2, p. 236-260, 2020.

Cadernos de orientações ministeriais para a Atenção Básica.

Disciplina: Assistência à saúde das famílias

Ementa: Acesso a política de assistência à saúde. Estado de bem estar social, físico e social. Modelo de assistência à saúde no Brasil. Diversos papéis da mulher na sociedade contemporânea. Planejamento familiar. Campanhas de promoção de saúde. Humanização na saúde. Ações afirmativas.

Competências e Habilidades:

- Refletir sobre o contexto de acesso a saúde a mulher e a criança conforme a CF/88.
- Compreender a atenção a saúde da mulher conforme as orientações do Ministério da Saúde.
- Desenvolver a conhecimento crítico no sentido de compreender o papel social da mulher na sociedade contemporânea.
- Desenvolver propostas referentes à humanização em relação ao atendimento a mulher e a criança na saúde.

Conteúdo Programático 1: Garantia de acesso a Assistência à Saúde, como direito fundamental efetivado na constituição Federal de 1988.

Conteúdo Programático 2: Concepção do estado de bem estar social, físico, mental e social

Conteúdo Programático 3: Modelo de assistência à saúde no Brasil (SUS)

Conteúdo Programático 4: Maternidade e os diversos aspectos relacionados aos vários papéis desenvolvidos pela mulher na sociedade contemporânea.

Conteúdo Programático 5: Planejamento familiar na interface do controle de natalidade

Conteúdo Programático 6: Diagnósticos de demandas populacionais para a implantação de formulação de campanhas de promoção de saúde.

Conteúdo Programático 7: Estratégias para a humanização no atendimento no âmbito da saúde.

Conteúdo Programático 8: Ações Afirmativas de promoção de Saúde.

Referências Bibliográficas:

BRASIL. Legislação do SUS. 2003.604p. disponível em http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/progestores/leg_sus.pdf acesso 210 dez.2018.

BRASILIA. Ministério da Saúde. Protocolo de atenções Básicas: saúde das Mulheres.2016. 231p. Disponível em http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/protocolos_atencao_basica_saude_mulheres.pdf .

BRASILIA. Ministério da Saúde. Assistência em Planejamento Familiar: Manual Técnico. 60p.. Disponível em <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/0102assistencia1.pdf> acesso 20 dez.2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Saúde da Criança. 29p. Disponível em http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_crianca_materiais_informativos.pdf.

Coelho, Edméia de Almeida Cardoso, et al. Integralidade do cuidado à saúde da mulher: limites da prática profissional. Esc Anna Nery Rev Enferm 2009 jan-

mar; 13 (1): 154-160. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ean/v13n1/v13n1a21>. acesso em 20 dez.2018.

Santos, Joselito. ASSISTÊNCIA À SAÚDE DA MULHER NO BRASIL: aspectos de uma luta social. Disponível em http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos2/Joselito_Santos236.pdf acesso 20 dez.2018.

Disciplina: Planejamento, programação e informações em Saúde Pública

Ementa: O conhecimento do território como instrumento para o planejamento. Planejamento, conceitos básicos. Programação dos serviços de saúde. Conceitos de missão e visão institucional, análise interna e externa, problemas, objetivos e metas. Programação local em saúde. Avaliação como um processo de estruturação e planejamento dos serviços de saúde. A Sala de Situação e outros instrumentos de avaliação.

Objetivo da Disciplina: Capacitar profissionais da área de saúde e áreas afins, sobre Planejamento, Programação e Informações em Saúde Pública, observando a programação dos serviços de saúde, como também a avaliação como um processo de estruturação e planejamento dos serviços de saúde, notificações obtidas através do sistema de informação em Saúde Pública.

Conteúdo Programático 1: O conceito de território e diagnóstico local. Planejamento estratégico, tático e operacional.

Conteúdo Programático 2: Programação local em saúde; Sistemas de avaliação de serviços de saúde pública.

Conteúdo Programático 3: PROGRAB; A Conferência de Saúde na ótica do planejamento em saúde.

Conteúdo Programático 4: A estrutura do DATASUS.

Conteúdo Programático 5: Inquéritos e pesquisas; Indicadores de saúde; Assistência à saúde.

Conteúdo Programático 6: Rede assistencial; Informações sociodemográficas e socioeconômicas.

Conteúdo Programático 7: Saúde suplementar; recursos do SUS; SIOPS.

Conteúdo Programático 8: Transferência a municípios; crédito a prestadores; GAP.

Bibliografia:

AKERMAN, M. & NADANOVSKY, P. (1992) Avaliação dos serviços de saúde - avaliar o quê? Cad. Saúde Pública. Rio de Janeiro: 8 (4): 361-66. Out; dez.

MEDINA, M. G. & AQUINO, R., 2002. Avaliando o Programa de Saúde da Família. In: Os Sinais Vermelhos do PSF (M. F. Sousa, org.), pp.135-151, São Paulo: Hucitec.

SIAB. Manual do Sistema de Informação de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde / Secretaria de Assistência à Saúde, Coordenação de Saúde da Comunidade, 2000. Disponível em: <<http://dtr2001.saude.gov.br/bvs/publicacoes/ManualSIAB2000.pdf>>. Acesso em: 21 nov. 2016.

Demais referências:

BUENO, Helvécio. A utilização da sala de situação de saúde no distrito federal. Brasília: FEPECS, 2005.

CASTRO A. A. Avaliação da Qualidade Da Informação. In: CASTRO A. A. Fiat Lux. Maceió: AAC; 2005.

CONILL, E. M., 2002. Políticas de Atenção Primária e Reformas Sanitárias: Discutindo a Avaliação a Partir da Análise do Programa Saúde da Família em Florianópolis. Santa Catarina: 1994-2000. Cadernos de Saúde Pública, 18 Suplemento: 191-202.

KISIL, M. Gestão da Mudança Organizacional. vol 4. São Paulo: Fac. Saúde Pública-USP, 1998. Série saúde & cidadania.

MALIK, A.; SCHIESARI, L. Qualidade na Gestão Local de Serviços e Ações de Saúde. vol 3. São Paulo: Fac. Saúde Pública-USP, 1998. Série saúde & cidadania.

MCCORMICK, J. Evaluating primary care, cap 5 In: Evaluation of health care W.W.Holland, Oxford University Press. 16- Drummond, M.F. (1991) Como avaliar uma política de saúde? Divulgação em Saúde para Debate (CEBES), n. 3: 26-41.Planejamento em Saúde, vol 2. Tancredi, F; Lopes Barrios, S; Ferreira, J. São Paulo: Fac. Saúde Pública-USP, 1998. Série Saúde & Cidadania.

NOVAES, H. M. D., 1996. Epidemiologia e Avaliação em Serviços de Atenção Médica: Novas Tendências na Pesquisa. Cadernos de Saúde Pública, 12 Suplemento 2: 7-12.

SCHRAIBER, L. B., NEMES, M. I. B., GONÇALVES, R. B. Saúde do adulto: programas e ações na unidade básica. São Paulo: Hucitec, 1996.

SENNA, M. C. M., 2002. Equidade e Política de Saúde: Algumas Reflexões sobre o Programa Saúde da Família. Cadernos de Saúde Pública, 18 Suplemento: 203-211.aplicabilidade de informações referentes à assistência e à gestão em saúde.

Disciplina: Saúde preventiva e promoção da Saúde

Ementa: Conceito e tipos de Saúde Preventiva. Conceito e marcos teóricos da Promoção da Saúde. Promoção da Saúde enquanto política pública de saúde. Política Nacional de Promoção da saúde. Diferenças entre a prevenção de doenças e agravos e Promoção da Saúde.

Competências e Habilidades

- Diferenciar Saúde Preventiva de Promoção da Saúde
- Identificar os pressupostos da Política Nacional de Promoção da Saúde
- Relacionar os conceitos teóricos da Promoção da Saúde com a realidade social e sanitária do território
- Refletir sobre a prática profissional a partir dos conhecimentos adquiridos

Conteúdo Programático 1: Saúde Preventiva: conceitos e aplicações.

Conteúdo Programático 2: Promoção da Saúde: breve histórico.

Conteúdo Programático 3: Política Nacional de Promoção da Saúde.

Conteúdo Programático 4: Estratégias de intervenção em Promoção da Saúde.

Bibliografia Básica:

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Política Nacional de Promoção da Saúde**. Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. – 3. ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2010. Disponível em https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_promocao_saude_3ed.pdf. Acesso em 25 out 2021.

BUSS, P. M. et al. Promoção da saúde e qualidade de vida: uma perspectiva histórica ao longo dos últimos 40 anos (1980-2020). **Ciência & Saúde Coletiva** [online]. 2020, v. 25, n. 12, p. 4723-4735. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-812320202512.15902020>. Acesso em 25 out 2021.

NORMAN, A. H. Promoção da saúde: um desafio para a atenção primária. **Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 28, p. 153–154, 2013. DOI: 10.5712/rbmfc8(28)788. Disponível em: <https://rbmfc.org.br/rbmfc/article/view/rbmfc8%2828%29788>. Acesso em: 25 out. 2021.

Bibliografia Complementar:

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE PROMOÇÃO DA SAÚDE, 1., 1986, Ottawa. **Carta de Ottawa**. In: BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Projeto Promoção da Saúde. As cartas da promoção da saúde. Brasília, DF, 2002. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cartas_promocao.pdf. Acesso em: 25 out 2021.

MALTA, D. C. et al. A implementação das prioridades da Política Nacional de Promoção da Saúde, um balanço, 2006 a 2014. **Ciência & Saúde Coletiva**

[online]. 2014, v. 19, n. 11, p. 4301-4312. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-812320141911.07732014>. Acesso em 25 out 2021.

MENDES, R., FERNANDEZ, J. C. A. SACARDO, D. P. Promoção da saúde e participação: abordagens e indagações. **Saúde em Debate** [online]. 2016, v. 40, n. 108, p. 190-203. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-1104-20161080016>. Acesso em 25 out 2021.

Disciplina: Atuação multiprofissional em saúde

Ementa: Estrutura Organizacional, formal e informal e o clima organizacional. Trabalho em equipe e interdisciplinaridade no contexto da saúde. Relacionamento interpessoal. Composição e atuação das equipes de Estratégia Saúde da Família e Núcleo de Apoio à Saúde da Família. Prática Interprofissional Colaborativa em Saúde..

Competências e Habilidades:

- Identificar e compreender a Estrutura Organizacional, formal e informal.
- Compreender o trabalho em equipe e interdisciplinaridade no contexto da saúde.
- Compreender a composição e atuação das equipes de Estratégia Saúde da Família e Núcleo de Apoio à Saúde da Família.
- Ser capaz de implementar a Prática Interprofissional Colaborativa em Saúde.

Conteúdo Programático 1: Estrutura Organizacional, formal e informal. Clima organizacional.

Conteúdo Programático 2: Trabalho em equipe e interdisciplinaridade no contexto da saúde. Relacionamento interpessoal.

Conteúdo Programático 3: Composição e atuação das equipes de Estratégia Saúde da Família (ESF) e Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF).

Conteúdo Programático 4: Prática Interprofissional Colaborativa em Saúde (PICS).

Bibliografia básica:

AGRELI, H. L. F. Prática interprofissional colaborativa e clima do trabalho em equipe na Atenção Primária à Saúde [tese]. São Paulo. Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo; 2017.

KURCGANT, P. (Coord.) Gerenciamento em enfermagem. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016.

PEDUZZI, M.; AGRELI, H. L. F.; SILVA, J. A. M.; SOUZA, H. S. Trabalho em equipe: uma revisita ao conceito e a seus desdobramentos no trabalho interprofissional. Trabalho Educação e Saúde, Rio de Janeiro, 2020.

PERUZZO, H. P., et al. Os desafios de se trabalhar em equipe na Estratégia Saúde da Família. Escola Anna Nery, v. 22, n. 4, 2018.

Bibliografia Complementar

PEREIRA, R.C.A. O trabalho multiprofissional na Estratégia Saúde da Família: estudo sobre modalidades de equipes. 2011. Dissertação (Mestrado) - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro. 2011.

WORLD HEALTH ORGANIZATION - WHO. Framework for action on interprofessional education & collaborative practice. Geneva: World Health Organization, 2010. Disponível em: <http://www.who.int/hrh/resources/framework_action/en/>. Acesso em: 5 dez. 2012.

13. Infraestrutura Física e Pedagógica

O aluno encontrará todo o conteúdo do curso e assistirá às aulas gravadas no ambiente virtual. Para assistir às aulas é fundamental que as especificações abaixo sejam obedecidas, possibilitando, assim, uma recepção de maior qualidade dos vídeos.

Hardware:

- Processador Intel Core 2 Duo ou superior.
- 2Gb de Memória RAM.
- Placa de vídeo com resolução 1024x768, qualidade de cor 32 bits e compatível com Microsoft DirectShow.
- Microsoft DirectX 9.0c ou posterior.

Software:

- Navegador: Firefox, Google Chrome, Internet Explorer (sempre atualizado).
- Sistema Operacional: Windows XP ou posterior.
- Adobe Flash Player (atualizado).
- *Plugin* de vídeos SilverLigth (atualizado)

Rede:

- Conexão com a Internet banda larga de no mínimo 2 MB.
- Em caso de acesso em ambientes corporativos além da velocidade, é necessário verificar as condições de segurança de rede de sua empresa e se certificar que o site não estará bloqueado.

Adicionalmente, é prevista a utilização da biblioteca virtual para consultas bibliográficas e pesquisa de assuntos referentes às disciplinas ministradas.

